

**Notas e informações****Monopólio estatal, mal em si**

AUC

A greve dos empregados da Empresa de Correios e Telégrafos eterniza-se. Claro, vai terminar — bem ou mal. Mas a impressão de que se prolonga indefinidamente decorre dos sacrifícios que impõe à população e dos prejuízos vultosos, incalculáveis mesmo (e alguns irreperáveis) de que se acompanha. É indispensável extrair dela algumas lições, bastante oportunas. Não houvesse monopólio dos serviços atribuídos à ECT, o público não sofreria os efeitos da parede, muitos negócios não se sujeitariam aos ônus de danos gravíssimos, as perdas, praticamente se reduziriam a nada. Em outras palavras, sem tal monopólio, a muitos títulos nocivo, a greve não seria geral. É preciso lembrar que nos Estados Unidos os serviços telefônicos são explorados por empresas particulares — e se cumprem de modo mais do que satisfatório.

É dever dos órgãos de comunicação de massa chamar a atenção para os males e os perigos da estatização com monopólio, bem mais insidiosos do que os da estatização pura e simples, os quais já nada têm de insignificantes. Existe, não se sabe bem desde quando, uma tendência a considerar com certa simpatia a intervenção do Estado na economia. No fundo, intui-se que o poder público atuaria sob o rigor de uma fórmula custo-despesa, sem necessitar do lucro, tão combatido pela demagogia cabocla. Doce engano d'alma! A fórmula é outra e se expressa assim: custo-prejuízo. É que, na administração direta ou nas famosas sociedades de economia, essa intervenção leva os titulares do poder a criar sinecuras, definidas como emprego rendoso, que não obriga a trabalho. E a atividade explorada (sob monopólio ou não) se torna altamente dispendiosa, sustentada

por quadros de pessoal caríssimos, que poderiam ser reduzidos substancialmente, sem inconveniente algum. Como poderia ser diferente? Em países subdesenvolvidos (e considere-se que o subdesenvolvimento é, antes de tudo, um estado de espírito), os titulares do poder o desempenham como se se tratasse de propriedade privada. O serviço público *engorda*, para que em seus quadros se admita mais e mais gente, porque não faltam governantes empenhados em conceder a parentes, aderentes e amigos um seguro-desemprego, pelo menos; ou em praticar o empreguismo para obter, em troca, votos valiosos, quando houver eleições. Afinal, é o contribuinte que paga a despesa...

O fato é que enquanto o Estado se mantém afastado de determinado setor da economia ele prospera, submetido às leis do mercado, tendo de assinalar bons índices de produção e produtividade, estabelecendo sadia concorrência de preços, diversificando-se. Imaginou o leitor uma paralisação de trabalho em fábrica que tem rivais aqui e ali, todas trabalhando em torno de uma mesma gama de produtos? O prejuízo será apenas da que foi atingida pela parede; o público nada terá a temer. E mesmo aquela que se debate no problema terá mais facilidade de negociar com os empregados o fim da greve. Sabem eles que não estão sozinhos na praça e que essa greve, prologando-se por muito tempo, implicaria talvez o fechamento da própria fábrica — e na perda do emprego.

Os empregados da ECT sentem-se *absolutos*. Não existe quem os substitua, o que lhes aumenta o cacife para impor regras ao jogo. Curioso é que correios chega a ser considerada atividade vinculada à segurança; daí lhe ser reconhecido o mo-

nopólio. A consequência aí está, à vista de todos: quando pára, é a segurança que se põe em risco, dificultando-se as comunicações. Essa mesma segurança estaria muito mais bem *defendida* se não houvesse o monopólio. Suponha-se que correios pudessem ser exercidos por duas ou três empresas, entre as quais a ECT. Agora, operando as particulares, o serviço prosseguiria; e a segurança nas comunicações jamais seria abalada.

Nos serviços que presta o Estado ou é lento, ou é oneroso, ou é improdutivo, ou é ineficiente, ou impõe ao público preços cuja composição, por ser antieconômica, o sacrifica desnecessariamente — quando não combina alguns desses defeitos, somando-os para alcançar resultados catastróficos. Logo, sempre que se puder impedi-lo de ampliar o âmbito de sua ação ou forçá-lo a recolher seus tentáculos se estará agindo no sentido de atender o bem comum.

Por que os parlamentares que trabalham na elaboração de novo texto constitucional não retiram desta greve de carteiros, telegrafistas etc. o ensinamento precioso que contém e acabam com o monopólio estatal nas comunicações? Ele é nefasto, não protege interesse coletivo algum, compromete a segurança e se cerca dos riscos que a parede em curso demonstra à saciedade. Ninguém duvide: se se anunciasse que foi suprimida a disposição que conservava tal monopólio (revigorando-o do texto atual), se criariam excelentes condições para que a parede que *congela* a ECT findasse rapidamente. Não há um senador ou um deputado que, movido por puro patriotismo, queira tomar essa iniciativa meritória, por entender que o monopólio estatal é um mal em si?